

Ata da Audiência Pública da 20ª
Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDCAI, realizada no dia
1º de julho de 2022.

Ao primeiro dia do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, iniciou-se a **Audiência Pública da 20ª Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDCAI)**, sob a presidência do vereador **Ivo Neto (Patriota)**, com as presenças dos vereadores **Raiff Matos (DC)** e **Marcio Tavares (Republicanos)**, **João Carlos (Republicanos)**, autor do requerimento 4315/2022 da sessão, para a discussão sobre soluções de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes para Manaus. Abrindo os trabalhos, antes do início das discussões, o vereador **Ivo Neto**, presidente da comissão, entregou placas para membros da mesa. A placa à ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, Cristiane Britto, foi concedida para homenageá-la por empunhar bandeiras pelos direitos humanos e combate à exploração sexual infantil; ao advogado eleitoral Flávio Britto, por seus relevantes serviços prestados à sociedade no combate às falhas jurídicas no âmbito eleitoral. Em seguida, o vereador **Ivo Neto (Patriota)** chamou para compor a mesa os seguintes convidados: a Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, **Cristiane Britto**; o Secretário Nacional dos Direitos da Criança, **Maurício José Cunha**; a delegada titular da Delegacia Especializada na Proteção da Criança e do Adolescente, **Joyce Coelho**; o advogado eleitoral **Flávio Britto**; o Secretário Estadual da Justiça e Cidadania, **Emerson José Lima**; o Secretário Estadual de Segurança Pública, **General Mansur**; a Subsecretária de Políticas Afirmativas para as Mulheres e de Direitos Humanos, **Graça Prola**; e a Diretora da Maternidade Moura Tapajós, **Zélia Campos**. No início das manifestações, o Secretário Nacional dos Direitos da Criança, **Maurício Cunha**, destacou que a vinda dele e da ministra a Manaus marcou a adesão do estado do Amazonas ao Plano de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (PLANEVCA), que é uma metodologia de implantação e desenvolvimento dos Centros de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Segundo o secretário, os equipamentos reúnem, em um mesmo espaço físico, programas e serviços voltados à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio de equipes multidisciplinares especializadas. Em seguida, o vereador **João Carlos** delegou ao vereador **Ivo Neto** a presidência da sessão, de forma a possibilitar sua manifestação como requerente. O vereador **João Carlos** destacou que toda a discussão era para apontar meios de prevenção para que a criança, o adolescente e o idoso não continuassem a sofrer o que vinham sofrendo. Em seguida, o vereador registrou a presença do advogado de Rio Preto da Eva, Claudionor Gonçalves, da advogada Thandra Sena, presidente da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Amazonas (OAB/AM), do deputado federal Capitão Alberto Neto (PRB), do Coordenador Geral dos Conselhos Tutelares de Manaus, Daniel Serrão e da Delegada titular da Delegacia de Crimes contra o Idoso, Andreia Pereira. Para o vereador João Carlos, a família tradicional vinha sofrendo ataques pela grande mídia, que, para ele, tentava deturpar o conceito de família tradicional. Ele ainda adiantou

que as partes mais vulneráveis acabavam sendo as crianças e os adolescentes, por isso precisavam da assistência familiar e do Estado, o que era uma obrigação apontada pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O vereador também atentou que outro aspecto a ser observado, especialmente pós pandemia de Covid-19, eram os diversos casos de depressão e suicídio. O vereador disse que muitas mães e pais de família o procuravam para lamentar o fato de não haver creches para deixarem seus filhos, o que acabava propiciando terreno para abuso às crianças que ficavam em casa sozinhos ou com parentes e vizinhos. A delegada **Joyce Coelho**, em sua fala, titular da Delegacia de Proteção às Crianças e Adolescentes, relembrou um fato que a marcou há quatro anos, quando foi chamada para atender um caso de uma criança com síndrome de Down de 1 ano e 7 meses, Sara Raquel, que havia sido deixada pela mãe desacordada após um estupro. A criança faleceu e depois descobriu-se que a mãe, que sofria de esquizofrenia, havia estuprado a bebê e revelado que também havia sido estuprada na infância. Para a delegada, toda a sociedade era culpada pelo fato, de não ter tratado a mãe e de não ter protegido a criança. Também, para a delegada, eram culpados os parlamentares que não lutavam para que fatos como esse ocorressem. A delegada relatou, ainda, vários casos de violência às crianças e adolescentes, e frisou a necessidade de um programa eficiente e prioritário de apoio às vítimas, para buscar fazer com que essa criança ou adolescente abusada pudesse ter uma vida normal depois dessa violência. Frisou, complementarmente, que a luta na Casa não podia ter cor e nem partido, mas sim buscar-se convergências de ideias e políticas públicas. Em seguida, pronunciou-se a subsecretária **Graça Prola**, que lembrou que o ECA completava 32 anos no dia 13 de julho, e ainda era uma lei que precisava ser seguida e discutida para buscar os rumos de proteção de crianças e adolescentes. De acordo com a subsecretária, no ano, apenas entre janeiro e fevereiro, foram registradas 898 ocorrências de estupro, violência psicológica e outros crimes contra crianças e adolescentes, no que configurou em 200 registros a mais no mesmo período do ano passado (2021). O dado mais alarmante, segundo a subsecretária, nestes dois primeiros meses de 2022, foi o registro de 60 casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes em Manaus. Em seguida, a Diretora da Maternidade Moura Tapajós, **Zélia Campos**, pediu a palavra e disse que era necessário e urgente que a Lei 12.845/13, que garantia o atendimento imediato, emergencial e integral a todas às vítimas de estupro pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas primeiras 72 horas após o ocorrido, seja cumprida em Manaus. Hoje, em vez de todos os hospitais do SUS atenderem as vítimas de estupro, apenas a Maternidade Moura Tapajós e o Hospital Dona Lindu faziam estes atendimentos. Ainda segundo a diretora da maternidade, segundo dados do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), só este ano já haviam sido feitos mais de 500 atendimentos a vítimas de estupro nos dois hospitais do SUS, sendo que 80% dos casos as vítimas tinham menos de 11 anos, os outros 20% de 12 a 15 anos. Os autores, pela ordem, segundo a diretora do hospital, eram parentes, amigos, conhecidos, padrasto, pai, namorado e irmão. Em seguida, participando do debate, **Emerson José Lima**, Secretário Estadual da Justiça e Cidadania, destacou a chegada dos Centros Integrados de Atendimento às Crianças e Adolescentes iam sanar um dos maiores problemas nesses casos de violência, já que por falta de uma metodologia, elas eram “revitimizadas”, pois precisavam contar a história para a delegada, para a psicóloga, para várias pessoas, e sofriam toda a violência ao

relembrar o ocorrido diversas vezes. Em sua fala, a ministra **Cristiane Britto** destacou que para reverter esses números negativos de violência contra crianças era necessário cobrar o papel da família, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do papel de cada cidadão. Lembrando o caso do menino David, assassinado pelo padrasto em Manaus, a ministra pediu perdão em nome do governo federal, e também pediu perdão a todas as famílias com história de violência contra a criança e o adolescente no Amazonas, firmando compromisso para que esses números pelo menos diminuam. A ministra frisou que o Amazonas é o primeiro Estado a aderir aos Centros Integrados de Defesa da Criança e do Adolescente e esse avanço, com a união dos esforços, mostra que há pessoas valentes, inclusive na mesa da Audiência. A ministra destacou que não era só o Amazonas que registrava esses casos terríveis no país, mas que em um congresso que participou na Bélgica sobre o assunto, ficou consternada por ver as estatísticas internacionais da Interpol, onde o Brasil era campeão de interceptação de imagens e vídeos de crianças sendo abusadas sexualmente. Segundo a ministra, reestruturar a rede de proteção à criança era prioridade, exemplificando que era inadmissível um conselheiro tutelar ir de bicicleta atender a uma criança. Uma batalha prioritária, segundo ela, era a busca por estimular as notificações, já que com tantas subnotificações neste tema, ficavam mais complicados os planejamentos para a luta contra esses crimes. De acordo com a ministra, até 2019, mais de 2 mil crianças morriam de mortes violentas, mas nos últimos 3 anos, houve uma redução em 40%, estando em cerca de 7 mil por ano, mas a luta era sempre por zerar esses números. De acordo com o **General Mansur**, Secretário de Segurança Pública, toda essa luta começava na família, na escola, na igreja, onde sempre deviam haver ambientes sadios para combater esses crimes hediondos. Segundo o secretário, no governo Wilson Lima tentava-se cercar mais o Estado da entrada de drogas pela tríplice fronteira, já que o tráfico costumava pegar crianças e adolescentes para o crime. Segundo ele, estavam sendo finalizados reparos na Base Arpão, no rio Solimões e, em breve, seria também iniciada a obra em uma terceira base de proteção. **Para Maurício José Cunha**, Secretário Nacional dos Direitos da Criança, a materialização da lei da Escuta Protegida, a Lei 13431/2017, era realidade agora no Amazonas, já que cada vez que uma criança que sofreu atos violentos, primeiro no hospital, depois várias vezes na delegacia para psicólogo, assistentes e delegado, revivia a violência ao ter que registrar os fatos. Ele destacou que o governo federal tem investido nas Casas da Criança e do Adolescente que seriam implantadas em todo o país. Para o secretário, as políticas públicas precisavam trabalhar de maneira harmônica e integrada para esse público único, sendo criado um sistema de garantia de direitos. Hoje, segundo o secretário, o governo federal também estava investindo na ampliação e reforço dos canais de denúncia, na criação de ambiente de vigilância social. Havia, atualmente, segundo Maurício José, 400 atendentes se revezando 24 horas por dia no Disque 100 (para denúncia de violência contra crianças e adolescentes). Havia, ainda o número 1510, criado para a denúncia de professores sobre violências contra crianças e adolescentes, já que na maioria das vezes essa violência era no lar e o professor seria o primeiro a perceber diferença na criança. Também foi criado o Aplicativo SABE, com um linguajar de atendentes treinados para atender as próprias crianças e adolescentes em suas denúncias. O secretário destacou que havia no Brasil 18 casos como de Henry Borel (menino supostamente morto pelo padrasto e com anuência da

mãe, caso atualmente em julgamento). Também salientou que o PPCAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte) cresceu no atual governo federal, onde 70% do orçamento era para cuidar desse programa dentro da secretaria. No dia 18 de maio, o Plano de Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, foi ampliado para outros tipos de violência, como o Prevenção Primária de Risco à Gravidez na Adolescência, com equipagem de Conselhos Tutelares por todo o país. Também foi investido no fortalecimento dos programas de acolhimento familiar, e 93% estavam em instituições ligadas aos Conselhos Tutelares. O secretário também elogiou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que era uma legislação excelente, mas não cumprida. O delegado **Caio César Nunes**, secretário do gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, destacou que os Conselheiros Tutelares precisavam ser mais bem remunerados, que a Prefeitura poderia investir mais neles, que não tinham reajustes há mais de cinco anos. O vereador **Raiff Mattos**, em sua participação, defendeu que os jovens do Amazonas eram hiperssexualizados, o que fez com que apresentasse projetos de lei para criação de uma Semana de Conscientização sobre o Uso da Pornografia e outro que determinava que fossem divulgados, em diversos locais, os telefones dos Conselhos Tutelares de cada região da cidade. A senhora **Josany Pirangui**, Diretora do Desafio Jovem, em intervenção, destacou que o trabalho feito por sua organização recuperava jovens drogaditos em situação de rua, e que eles também trabalham com as famílias dos dependentes químicos. Segundo ela, seria necessário mais apoio do Estado para estes jovens, que também eram ajudados pela Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS). O vereador **João Carlos**, em nova fala, frisou que foi contrário à instalação de banheiros multigêneros na cidade por acreditar que aquele tipo de local iria facilitar mais estupros na cidade. Em participação, o advogado **Flávio Britto**, que foi um dos responsáveis pela cassação do ex-prefeito de Coari Adail Pinheiro, lembrou fatos de quando trabalhou como advogado de acusação do caso. Segundo o advogado, foi um caso que o marcou na profissão, relembrando sua revolta de o político ter tido pedido de candidatura deferida, mesmo com mais de 70 processos contra ele em andamento. O advogado destacou que os policiais precisavam ser mais valorizados, com melhores salários, por estarem sempre na luta contra as violências contra as crianças, adolescentes e idosos. Após esses registros, nada mais havendo a tratar, o **presidente** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezoito horas e trinta minutos, após o canto do Hino do Amazonas pelo Coral da Polícia Militar. E para que conste eu (Liege Albuquerque, secretária do Departamento de Comissões), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, foi assinada pelos membros.

Ver. **Ivo Neto (Patriota)**

Presidente

Ver. **Raiff Mattos (DC)**

Vice-Presidente

Ver. **João Carlos (Republicanos)**

Membro





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

IVO SANTOS DA SILVA NETO - VEREADOR - 516.531.682-34 EM 11/07/2022 09:56:06
JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - VEREADOR - 074.890.987-77 EM 11/07/2022 09:49:45
LIEGE SOCORRO ALBUQUERQUE PERES - ANALISTA LEGISLATIVO - 343.943.622-53 EM 11/07/2022 09:32:24
RAIFF MATOS SILVA VASCONCELOS (CONCORDÂNCIA) - VEREADOR - 517.937.762-53 EM 11/07/2022 10:06:34

